

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.348 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 2001



Ademir Andrade quer destinar para reforma agrária, sem indenização, terras em que se explore trabalho escravo

Plenário examina expropriação de terra com trabalho escravo

PÁGINA 2



Crimes praticados com uso de computador são definidos em projeto que a Comissão de Educação examina hoje

CAE

Imposto sobre veículos pode ganhar novo prazo

CAE examina mudança do recolhimento dos impostos sobre veículos para o momento da venda. Hoje isso é feito na saída da fábrica.

PÁGINA 3

CPI DAS ONGs

Delegado fala sobre venda ilegal de minério

PÁGINA 8

CAS

Audiências públicas avaliam riscos do uso de silicone

Comissão realiza hoje e amanhã audiências públicas sobre o uso médico de próteses de silicone e seus riscos para a saúde humana.

PÁGINA 6

Senadores discutem acesso à Internet e crimes de informática

Projetos na pauta da Comissão de Educação estabelecem obrigações para provedores e tipificam delitos praticados com uso de computador

A regulamentação dos registros de acesso à Internet e a classificação de crimes praticados com uso de computador estão na pauta da reunião da Comissão de Educação marcada para hoje, às 11h30. Uma das propostas, que será votada

em turno suplementar, obriga os provedores a manter cadastro atualizado de seus clientes e registro das conexões realizadas; outra, define e tipifica delitos na área de informática, enquadrando-os em sete categorias.

PÁGINA 7

Parecer de Brindeiro diz que Lobão preside o Congresso

Parecer do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, encaminhado ontem ao Supremo Tribunal Federal, defende a legitimidade de o presidente interino do Senado, Edison Lobão, presidir as sessões do Congresso. O parecer não tem valor conclusivo, mas serve de subsídio à decisão do Supremo, prevista para amanhã.



Brindeiro: presidente interino do Senado pode dirigir o Congresso

PÁGINA 5

Trabalho escravo pode causar expropriação de terra

Proposta do senador Ademir Andrade começa a ser debatida hoje pelo Plenário, que também realiza a primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que restringe a edição de medidas provisórias pelo Executivo

Em primeiro turno, o Senado inicia hoje a discussão de proposta de emenda à Constituição (PEC) que expropria terras onde se explore trabalho escravo. De autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA), a PEC destina essas áreas à reforma agrária, priorizando o assentamento dos colonos ali explorados, sem qualquer indenização ao dono.

A Constituição já impõe a perda da terra sem indenização para o proprietário que cultive plantas ilegais ou psicotrópicas. A emenda de Ademir Andrade consiste em punir também a exploração do trabalho escravo. Nas duas infrações, o dono da terra será confiscado de qualquer bem econômico resultante de tráfico ilícito de entorpecente e da exploração do trabalho escravo.

Em segundo turno, o Senado realiza a primeira sessão de discussão da PEC que restringe o poder presidencial de editar medidas provisórias (MPs).

Também em segundo turno, o Senado realiza a segunda sessão de discussão da proposta de emenda à Constituição do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que atribui aos estados produtores a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais com petróleo, lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados.

O Plenário vota também pedidos de autorização para os estados do Ceará e Pernambuco contraírem empréstimos junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com recursos repassados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Ceará quer contratar operação de US\$ 7 milhões e Pernambuco, um empréstimo de US\$ 5,1 milhões.

Ainda hoje, o Senado vota projeto oriundo da Câmara destinado a incluir Filosofia e Sociologia entre as disciplinas obrigatórias do currículo do ensino médio.



TERÇA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 2001

AGENDA

Presidente
Senador Edison Lobão (interino)

10h — Participa da cerimônia de abertura do simpósio "Regulamentação dos Planos de Saúde". *Auditório Petrólio Portella*
18h — Recebe Antonio Carlos Viana Santos, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 36/01, autoriza o estado do Ceará a contratar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 7 milhões, equivalentes a R\$ 13,6 milhões; PR nº 37/01, autoriza o governo do estado de Pernambuco a contratar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil, com recursos de repasse do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a US\$ 5,1 milhões; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 1-B/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal (limitação à edição de medidas provisórias); segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 8/95, dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição federal (isenção de ICMS); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 57/99, dá nova redação ao art. 243 da Constituição federal (destinação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo); PLC nº 9/00, altera o art. 36 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; Requerimento nº 408/01, do senador Arlindo Porto, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 127/01, de sua autoria; e Requerimento nº 430/01, do senador Osmar Dias, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 102/01-Complementar, de sua autoria.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública para instrução do PLC nº 26/99, que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone.
Convidados: professor Aymar Sperli, assistente do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Ciência Médica da Santa Casa de São Paulo; deputado Jamil Haddad, médico ortopedista e ex-ministro da Saúde; Bárbara Ferreira, do Comitê dos Vitimados do Silicone; dos representantes Marcos Ávila, do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, e Luiz Carlos Celi Garcia, da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica; Lorith Breuel, cirurgiã plástica; e José Carlos Daher, presidente do Sindicato dos Hospitais de Brasília. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PRS nº 13/01, altera a redação do inciso XI do artigo 13 da Resolução nº 78/98, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; PRS nº 19/01, altera a Resolução nº 78/98, do Senado Federal, para incluir a comprovação de cumprimento de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal na instrução de pleitos de empréstimos; PRS nº 10/01, acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao art. 99 da Resolução do Senado nº 93/70, para estabelecer que o presidente do Banco Central, ou um diretor por ele indicado, comparecerá à Comissão de Assuntos Econômicos para expor as decisões adotadas pelo Comitê de Política Monetária; PRS nº 53/00, dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e

condições de autorização; PRS nº 27/00, estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais com farinha de trigo; PLC nº 2/00, dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária; PLS nº 53/01, modifica o art. 15, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 9.424/96, e o art. 2º da Lei nº 9.766/98, que dispõem sobre o salário-educação; PLS nº 169/99 (tramitando em conjunto com PLS nº 502/99), institui estímulo ao primeiro emprego e ao emprego após 40 anos de idade; PLS nº 548/99, dispõe sobre o adiamento da satisfação das obrigações tributárias devidas pelas empresas fabricantes de veículos automotores; PLS nº 22/01 (tramitando em conjunto com o PLS nº 23/01), dá nova redação ao parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 10.177/01, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827/89; PLS nº 87/99 (tramitando em conjunto com PLS nº 239/99), dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações, alterando a Lei nº 9.491/97; e PLS nº 689/99, altera o art. 25 da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento de Márcio Braga, ex-presidente do Flamen. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 151/00, dispõe sobre acesso a informações da Internet; PLS nº 76/00 (tramitando em conjunto com o PLS 137/00), define e tipifica os delitos informáticos; PLS nº 15/99, altera os artigos 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), e o artigo 75 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); PLC nº 111/00, denomina "Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes — Gilberto Freyre" o aeroporto localizado na cidade do Recife (PE); e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: apreciação de diversos relatórios. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

15h30 — Reunião da Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia
Pauta: exposição dos presidentes José Antonio Muniz Lopes, da Eletrobrás; e Luís Carlos Santos, de Furnas. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública com os representantes da Agência Nacional do Petróleo; Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo; Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial; Associação Nacional de Normas Técnicas; e Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo, para instruir o PLC nº 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 163/01, submete à apreciação do Senado a escolha do nome de José Viegas Filho para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer os cargos de embaixador do Brasil junto à República da Belarus, República do Casquistão e República da Geórgia; PLS nº 599/99, estabelece tarifas diferenciais para estados por onde circula gás natural, em gasodutos; PLS nº 38/00, revoga o art. 15 do Decreto-Lei nº 1455/76 (dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior), a alínea "a" do parágrafo 1º do Decreto-Lei nº 2120/84 (dispõe sobre o tratamento tributário relativo a bagagem) e a alínea "e" do inciso II do art. 2º da Lei nº 8.032/90 (dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação); PLC nº 15/01, proíbe o emprego, o desenvolvimento, a fabricação, a comercialização, a importação, a exportação, a aquisição, a estocagem, a retenção ou a transferência, direta ou indiretamente, de minas terrestres antipessoais; PDL nº 58/01, revoga a sustação da tramitação congressional dos acordos bilaterais firmados com o Canadá; e Requerimento nº 546/00, do

senador Pedro Simon, solicitando seja transmitida aos chefes de Estado de Israel e da Autoridade Nacional Palestina e ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas manifestação de apoio do Senado brasileiro às iniciativas que objetivem acordo de paz para o questão judaico-palestina no Oriente Médio, assim como o encaminhamento desta proposição ao Poder Executivo para conhecimento. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

18h30 — CPI das ONGs

Pauta: depoimento do presidente da Cooperativa de Produção dos Índios do Alto Rio Negro (Cooperindio), Jorge Pereira dos Santos, e do delegado da Polícia Federal de Manaus (AM), Nivaldo Farias de Almeida. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

ESPECIAL

9h — A Comissão de Assuntos Sociais, em parceria com a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados e o Conselho Nacional de Saúde, promove o simpósio "Regulamentação dos Planos de Saúde". *Auditório Petrólio Portella*

17h — Cerimônia de aposição de retrato do ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Álvaro Botelho Maia. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

14h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação de medidas provisórias e de projetos de lei (crédito suplementar). *Plenário da Câmara dos Deputados*

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 44/01, altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68/91 (Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus — Suframa; PLC nº 69/00, acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; votação, em segundo turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 8/95, dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição federal (isenção de ICMS); Parecer nº 828/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de José Coelho Ferreira para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 1-B/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal (limitação à edição de medidas provisórias), entre outras matérias.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Hora do expediente: homenagem a Pedro Aleixo pelo transcurso do centenário de seu nascimento.

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 1-B/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal (limitação à edição de medidas provisórias); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 57/99, dá nova redação ao art. 243 da Constituição federal (destinação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo); PLS nº 190/99-Complementar, altera a Lei Complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes deste até o segundo grau, entre outras matérias.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente em exercício: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CAE vota mudanças no imposto sobre veículos

O projeto transfere o recolhimento dos tributos sobre carros para o momento da venda pelas concessionárias. A Comissão de Assuntos Econômicos também aprecia proposta que garante à apicultura o recebimento de benefícios governamentais

Projeto impede venda e uso de mina terrestre antipessoal

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) discute hoje, a partir das 17h30, projeto da Câmara que proíbe a produção, comercialização e uso de minas terrestres antipessoais. A matéria, que também pretende impedir a importação, exportação, aquisição, estocagem, retenção e transferência desses artigos, tem parecer favorável do senador João Alberto Souza (PMDB-MA).

A indicação do embaixador do Brasil na Rússia, José Viegas Filho, para acumular o exercício dos cargos de chefe da diplomacia brasileira junto às Repúblicas do Belarus, Casaquistão e Geórgia também será avaliada pela CRE. Está também na pauta projeto do senador Osmar Dias (sem partido-PR) referente ao tratamento tributário dado à bagagem de passageiro procedente do exterior.

Pode ainda ser apreciado pela CRE projeto do ex-senador Luiz



Proposta de Osmar Dias também será analisada pela CRE

Estevão que fixa tarifas diferenciadas para estados por onde circula gás natural. Com parecer favorável do senador José Agripino (PFL-RN), a proposta sugere que as tarifas sejam estabelecidas com base na distância percorrida pelos gasodutos.

Estados como Mato Grosso do Sul, por exemplo, pagariam menos pelo gás natural oriundo da Bolívia do que Santa Catarina ou Rio Grande do Sul.

ISRAEL

Outro item a ser examinado pela comissão é o requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) solicitando que seja transmitida ao chefe de Estado de Israel e ao presidente da Autoridade Nacional Palestina, além do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), moção de apoio do Senado às iniciativas voltadas para a concretização de acordo de paz no Oriente Médio.

O pedido tem parecer favorável do senador Fernando Matusalem (PPB-RO).



Agripino relata projeto sobre tarifas para gás natural

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve apreciar hoje projeto de lei do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que posterga o recolhimento dos tributos incidentes sobre veículos automotores. Pela proposta, que recebeu parecer favorável do relator, senador Pedro Piva (PSDB-SP), o recolhimento passará a ser feito no momento da venda do veículo pela concessionária. O recolhimento hoje é feito quando o veículo deixa a fábrica. Com o projeto, é levada em conta a consignação, pela qual o concessionário faz o acerto de contas com o fabricante somente depois de ter vendido o produto.

Segundo o relator, a carga tributária incidente sobre veículos automotores, em torno de 30%, cria dificuldades para o capital de giro das empresas. O objetivo do projeto, destaca, é aliviar o custo financeiro no giro dos negócios, mediante a postergação de obrigações tributárias do momento da saída da fábrica para o momento da saída da revendedora, sem qualquer redução de alíquotas e, portanto, do valor do recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Plano de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Para o senador, a medida não implica subsídio ou redução de tributos, mas tão-somente adap-



Gerson Camata é autor do projeto que posterga o recolhimento dos tributos



O relator Pedro Piva preparou parecer favorável à proposta, que não reduz as alíquotas

tação dos prazos tributários à peculiaridade de determinado negócio, plenamente justificável "ante a conjuntura recessiva e o interesse público de não se desorganizar o setor com todas as consequências daí decorrentes". O setor automobilístico emprega hoje no Brasil, de forma direta, 270 mil trabalhadores.

APICULTURA

A CAE deverá apreciar ainda projeto de lei da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que inclui a apicultura (produção de mel de abelhas) no rol dos setores que podem ser beneficiados pela política agrícola do governo. A medida altera o artigo 25 da Lei nº 8.171, que trata da piscicultura (criação de peixes) e outros produtos de vida fluvial, lacustre e marinha, incluindo no texto o apoio do governo à produção de mel.

Na justificativa, a senadora diz que a apicultura é não apenas uma atividade econômica capaz de aumentar a renda de pequenos e médios produtores rurais,

mas também valioso instrumento de aumento da polinização e, conseqüentemente, da reprodução vegetal.

Outro projeto que deve ser examinado retira do cálculo das indenizações de terras agrícolas, para efeito de reforma agrária, os gastos com benfeitorias executadas com recursos públicos.

A reunião da CAE tem início previsto para as 10h. À tarde, a partir das 17h, a comissão reúne-se de novo para realizar audiência pública com o objetivo de discutir o projeto de lei que impõe novas obrigações para as companhias distribuidoras de gás de cozinha. Comparecerão à audiência representantes da Agência Nacional do Petróleo (ANP); do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT); do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial; da Associação Nacional de Normas Técnicas; e do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP (gás liquefeito de petróleo).

Ex-presidente do Flamengo será ouvido às 10h

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol ouve hoje, a partir das 10h, o ex-presidente do Flamengo Márcio Braga, principal liderança da oposição ao atual presidente do clube, Edmundo Santos Silva.

A CPI está investigando irregularidades que teriam sido cometidas por Santos Silva na negociação de jogadores. A comissão dispõe de informações de que, entre as irregularidades, estaria a compra do atleta Petkovic ao Venezia da Itália por US\$ 6,5 milhões, mediante depósitos em contas sediadas em paraísos fiscais. Oficialmente, o Flamengo pagou aquela quantia, mas chegaram aos cofres do clube italiano apenas US\$ 4,5 milhões.

A explicação do Flamengo, segundo assessoria da CPI, é que uma empresa do Caribe, a Lake Blue, recebeu a diferença pela intermediação do negócio. A comissão solicitou a quebra dos sigilos fiscal e bancário de Santos Silva, mas liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a decisão.



Dirigentes de estatais discutem crise energética

A comissão especial mista criada para estudar as causas da crise de energia elétrica no país e propor alternativas ao equacionamento do problema ouvirá hoje, a partir das 15h30, dirigentes de estatais do setor. Deverão comparecer ao encontro os presidentes da Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), José Antônio Muniz Lopes, e de Furnas Centrais Elétricas, Luís Carlos Santos — ambas subsidiárias da Eletrobrás.

Vários depoimentos prestados antes à comissão, como os dos professores Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo (USP), e



José Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), destacaram que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, impediu os dirigentes dessas estatais de realizar investimentos no setor energético, que permitiria o aumento potencial da geração de energia elétrica do país.

O ministro teria argumentado, nos contatos mantidos com o setor, que é prioridade do atual governo a realização de superávit primário nas contas públicas, próximo a 3% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme acordo feito com o Fundo Monetário

Internacional (FMI).

Os gastos das empresas estatais, mesmo os investimentos, são computados nos cálculos do governo federal. Por esse motivo, aproximadamente 0,6% do PIB deixou de ser investido pelas empresas estatais, para garantir sua cota na formação do superávit primário nas contas públicas este ano, por exemplo. Vários senadores, principalmente do Bloco Oposição, querem saber a quantidade de energia elétrica que deixou de ser gerada no país, nos últimos anos, devido à orientação da política econômica de manter superávits primários a qualquer custo.

Eduardo quer veículo escolar em todo o país

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) aplaudiu o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), considerando-o um instrumento relevante para diminuir a dívida educacional no Brasil. Ele sugeriu a universalização do programa para cobrir todos os municípios brasileiros, bem como um programa especial para facilitar a aquisição de veículos, por parte das prefeituras mais pobres.

Para o senador pelo Tocantins, o programa do Ministério da Educação atingiu 1.558 municípios em 1998 mas, no ano 2000, foram beneficiados apenas 961 municípios



Eduardo defende descontos das fábricas para as prefeituras

e 230 organizações não-governamentais. Hoje, esse financiamento se limita a R\$ 50 mil por prefeitura e R\$ 25 mil para instituições que atuam em

educação especial.

— No caso de prefeituras muito pobres, em especial no interior do país, esse montante tem-se mostrado insuficiente, tendo em vista a demanda dos alunos, as distâncias a serem percorridas e sérios problemas de manutenção e operação das unidades — argumentou.

Eduardo referiu-se à dificuldade na aquisição dos veículos. Para ele, seria desejável que a prefeitura pudesse comprar veículos com concessões especiais ou descontos das fábricas, talvez até veículos usados, desde que cobertos por garantias adequadas.

Valmir Amaral critica "massacre" de servidor

Senador lembra que perdas salariais dos funcionários públicos desde 1995 passam de 75%, segundo pesquisas econômicas

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) criticou o que chamou de omissão do governo em relação à Constituição federal no que diz respeito ao dispositivo que assegura a revisão anual nas remunerações do funcionalismo público. Valmir Amaral lembrou que o Supremo Tribunal



Valmir: "É inaceitável que se continuem massacrando os servidores"

Federal manifestou-se pelo cumprimento, por parte do governo, do preceito constitucional.

Valmir Amaral criticou a proposta do governo de um reajuste de 3% a 5% para todos os servidores, que classificou como irrisório. Para ele, a proposta é um "balão-de-ensaio", e o descontentamento que provocou forçará uma negociação intensa envolvendo a categoria e os parlamentares e a destinação e aprovação de verbas orçamentárias específicas.

— É inaceitável que se continue massacrando os servidores públicos e jogando toda a culpa da ineficiência da máquina administrativa sobre suas costas — disse.

Valmir disse reconhecer as dificuldades do país, mas observou que não é justo que as metas de ajuste acertadas com organismos internacionais sejam atingidas "à custa do sacrifício dos servidores". Ele lembrou que as perdas acumuladas desde 1995, último ano em que os servidores públicos tiveram revisão geral em seus salários, são estimadas em mais de 75%, de acordo com dados de pesquisas econômicas.

Para Jucá, Brasil cresce e se moderniza

Um país mais moderno e mais justo, com desenvolvimento, crescimento econômico e melhor distribuição de renda. Esse é o retrato do Brasil no sétimo ano do governo Fernando Henrique Cardoso, na visão do senador Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo no Senado, que apontou o Plano Real como instrumento responsável por livrar o país de uma "inflação desenfreada, óbice absoluto para o êxito da implementação de quaisquer políticas sociais imagináveis".

Na avaliação do parlamentar, "é inegável que os sete anos de governo Fernando Henrique construíram um Brasil melhor, em que se promoveu crescimento econômico sustentado com desenvolvimento social, com base em programas eficazes em áreas diversas, tais como educação, saúde,

infra-estruturas rural e urbana, telecomunicações, ciência e tecnologia, entre outras".

Além de conter a inflação, o Plano Real produziu um importante efeito na melhoria do perfil de distribuição da renda nacional, segundo Jucá. "Quem não se recorda de um país que, em 1994, adotava um salário mínimo cujo poder de compra estava adstrito a 60 por cento de uma cesta básica, confrontado, hoje, com um percentual de 123 por cento relativo a esse mesmo poder de compra?".

Segundo o senador, por mais que os críticos "sérios ou os de ocasião" neguem ao presidente

Fernando Henrique "os louros de um país hoje estabilizado, é dele, do seu governo, o mérito de tantos avanços econômicos e, sobretudo, sociais". Apesar do quadro internacional adverso, com crises importantes no México, Tailândia e Rússia, registrou Jucá, a taxa básica de juros foi reduzida de 45% para 15,75% no final do ano 2000, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento médio anual da ordem de 2,9%.

Os investimentos estrangeiros diretos somaram 32 bilhões de dólares no ano passado, acrescentou o líder do governo no Senado, contra apenas 2 bilhões de dólares em 94.



Jucá: governo Fernando Henrique construiu um país melhor

Patrocínio elogia produtores de girassol no TO

A produção de sementes de girassol está levando o progresso aos agricultores do Tocantins, que colhem safras cada vez maiores e com índices de produtividade superiores às médias dos estados de Goiás e Mato Grosso. A informação é do senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO), que enviou voto de congratulações aos produtores de sementes de girassol nos municípios de Dianópolis e Lagoa da Confusão.

O parlamentar entende que a elevação da produção e da produtividade agrícola é uma "obrigação irrecusável, sobretudo em país com as dimensões que ostentamos". Sem o desenvolvimento e a modernização do setor rural, argumentou Patrocínio, não haveria como cogitar a melhoria do bem-estar da população.

Daí a importância dos resultados obtidos pelos produtores tocantinenses na produção de sementes de girassol, acrescentou o senador. Com o apoio da Federação da Agricultura do estado e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), os agricultores de Dianópolis e de Lagoa da Confusão alcançaram uma produtividade expressiva, tanto em lavoura de sequeiro como na irrigada.

CRÉDITO RURAL

De acordo com Patrocínio, a produção no Tocantins beneficia-se da dispensa de terras muito úmidas, de um custo de produção por hectare que se equipara ao da soja (em torno de R\$ 600 por hectare) e de uma distância menor entre os centros de produção e a indústria de esmagamento.

O senador destacou o apoio do sistema de crédito rural do Banco do Brasil no Tocantins e a contribuição que o setor agropecuário brasileiro dará, neste ano, ao esforço de equilíbrio da balança comercial do país, podendo gerar superávit de US\$ 15 bilhões em 2001.



Patrocínio diz que elevar produtividade é "obrigação irrecusável"

Carlos Bezerra apóia projeto que regula profissão de ensacador

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu a aprovação urgente do projeto de lei do deputado Hermes Parciannelo (PMDB-PR) — em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Trabalho da Câmara dos Deputados — que regulamenta as condições empregatícias dos trabalhadores de movimentação de mercadorias em geral, como os ensacadores de grãos e os carregadores portuários.

Bezerra informou que cerca de 200 mil trabalhadores desempenham essas funções atualmente

sem contarem, no entanto, com norma legal que lhes assegure definição mais precisa dos serviços por eles desenvolvidos. Enquadram-se nesse grupo os que trabalham em atividades de carga, descarga, arrumação, remoção, empilhamento, catação, desempilhamento, ensaque, conserto de embalagens, transbordo e operações semelhantes.



Carlos Bezerra diz que 200 mil trabalhadores aguardam legislação

Esses trabalhadores, acrescentou, têm se utilizado de pareceres do Ministério do Trabalho, de convenções ou acordos coletivos de trabalho, ou ainda de decisões judiciais para resolver questões comuns aos demais trabalhadores.

— No fundo, trata-se de uma injustiça que deve ser rapidamente revertida. Pois são trabalhadores cujo ideal maior consiste, unicamente, em

ver assegurado o direito ao trabalho em condições honestas de vida. Esse direito lhes deve ser assegurado — avaliou.

Outro ponto favorável da proposta, conforme Carlos Bezerra, é a definição das diferenças entre o trabalhador "avulso" e o "autônomo". O primeiro, explicou, participa de um processo de dependência e intermediação na seleção e na arregimentação laborais, enquanto o segundo dispõe de liberdade suficiente para estabelecer as condições de trabalho e remuneração.

Mozarildo quer manutenção do voto secreto no Senado

A manutenção do voto secreto nos casos previstos pelo Regimento Interno do Senado foi defendida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), para quem a Casa corre o risco de cometer um grave equívoco caso decida extinguir esse procedimento. A seu ver, isso não traria nenhum favorecimento à democracia, “como afirmam os defensores da extinção do voto secreto, especialmente a partir do episódio de violação do painel eletrônico de votação”.

— Repudio qualquer tentativa de mudar a garantia do voto secreto, pois ele, ao contrário do que se apregoa, faz parte da lógica que sustenta o funcionamento do Legislativo — afirmou.

Segundo Mozarildo, o voto secreto tem o objetivo de resguardar o parlamentar de pressões no momento das votações. Ele considera que o mesmo princípio assegura ao eleitor comum sua independência no momento de ir às urnas escolher seus representantes. Entre outros exemplos, citou o caso da apreciação de vetos presidenciais em que, para não ser derrotado, conforme disse, o Executivo utiliza toda a sua força de pressão sobre os parlamentares.

— Não é incomum que os parlamentares se vejam coagidos a aceitar injunções feitas pelo Executivo mas, ao parlamentar, mais que a vontade do Executivo, cabe le-



Para Mozarildo, é importante que se promova a moralização do Poder Legislativo

var em conta o que é melhor para o país — argumentou Mozarildo em defesa da manutenção do voto secreto.

Para Mozarildo, em vez de se discutir a extinção pura e simples do voto secreto nas decisões do Senado, é importante que se promova a moralização do Poder Legislativo. Ao mesmo tempo, ele defendeu o aperfeiçoamento das técnicas que garantam a segurança da votação eletrônica.

— Sei que a posição mais fácil é defender o fim do voto secreto. Entretanto, os lamentáveis episódios que levaram à renúncia de dois senadores da República dizem respeito não ao mau uso do voto secreto, mas justamente à tentativa de frustrar a votação secreta — disse Mozarildo Cavalcanti.

Lúcio Alcântara homenageia jornalista Jáder de Carvalho

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) homenageou o jornalista, advogado e poeta cearense Jáder de Carvalho pelo centenário do seu nascimento. A data será marcada por sessões solenes da Assembléia Legislativa e da Academia Cearense de Letras, lançamento de livros e de CD com suas poesias, realização de seminário de estudos e inauguração de seu busto em praça pública.

Segundo Alcântara, Jáder era comprometido com a defesa da vida com dignidade, justiça e liberdade. “Todas as vezes que nós, cearenses, falamos desses temas é nele que nos espelhamos. Dele recebemos preciosas lições de coragem, desprendimento pessoal e devoção às justas causas sociais”, ressaltou.

Ao traçar a biografia do homenageado, Alcântara enfatizou sua dedicação ao jornalismo e a seus

jornais, *A Esquerda* e o *Diário do Povo*, onde exigia, como qualificação de seus colaboradores, “ter paixão jornalística, ser bom aluno de História e ser de briga”, relatou.

Alcântara enalteceu, ainda, a obra poética de Jáder de Carvalho, desde o primeiro livro *Canto Novo da Raça*, publicado em 1928, seguido de *Terra de Ninguém* e *Terra Bárbara*, até suas derradeiras publicações, *Delírios da Solidão* e *Rua da Minha Vida*.

Para melhor definir o jornalista, Alcântara citou a seguinte declaração do filho do homenageado, o ex-senador Cid Sabóia de Carvalho: “Meu pai foi alguém que lutou pelas liberdades por toda a vida”. Jáder de Carvalho faleceu em 1985, aos 84 anos de idade, deixando 30 livros publicados e um exemplo de vida “marcada por brigas e abraços largos”, concluiu.

Parecer é favorável a Lobão na Presidência do Congresso

Procurador-geral da República encaminhou ontem parecer ao STF que deve decidir amanhã sobre quem preside o Congresso

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, encaminhou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer em que defende a legitimidade de o presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), ocupar a Presidência do Congresso.

O documento vai orientar o julgamento do STF acerca de mandado de segurança impetrado pelo deputado federal Almir Sá (PPB-RR), que contesta a legalidade da

substituição. A decisão do Supremo deverá ser anunciada amanhã. O ministro Nelson Jobim é o relator.

Geraldo Brindeiro entende que, na ausência do titular, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), o primeiro vice-presidente da Casa, Edison Lobão, deve presidir as sessões do Congresso.

Ao apresentar o mandado de segurança, Almir Sá argumentou que, de acordo com os re-

gimentos internos da Câmara e do Senado, compete ao primeiro vice-presidente da Mesa do Congresso, no caso o deputado Efraim Morais (PFL-PB), substituir o presidente em suas ausências ou impedimentos.

O parecer de Geraldo Brindeiro não tem valor conclusivo, mas servirá de subsídio aos ministros do Supremo no julgamento do mandado de segurança.



Manifestação de Brindeiro (E) no sentido de que Lobão deve dirigir sessões conjuntas não é conclusiva, mas servirá de subsídio para ministros do Supremo julgarem mandado de segurança interposto pelo deputado Almir Sá

Jefferson confirma interesse da comissão em ouvir ex-gerente do Banpará

A comissão encarregada de investigar denúncias contra o senador Jader Barbalho tentará ouvir o ex-gerente da agência central do Banpará, Marcílio Guerreiro. A informação foi dada ontem pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), um dos integrantes da comissão. A assinatura de Guerreiro consta em alguns dos cheques administrativos que, segundo o auditor do Banco Central, Abraão Patrui Júnior, foram desviados do Banpará.

Jefferson disse que os trabalhos da comissão deverão ser prorrogados por no máximo dez dias, mesmo que não haja novos depoimentos depois desta semana. O tempo extra seria para a elaboração do relatório. Ele não quis comentar a possibilidade de o relatório não apon-



Jefferson: trabalhos da comissão devem ser prorrogados por dez dias, no máximo

tar a quebra de decoro parlamentar por parte de Jader, já que os fatos relacionados com o Banpará

ocorreram antes do início do mandato do parlamentar paraense.

O senador adiantou que no depoimento marcado para amanhã, às 10h, pedirá a Jader que esclareça os pontos do relatório do auditor Abraão Patrui Júnior que o envolvem. Esses pontos seriam a existência de cheques assinados por Jader em algumas operações.

Jefferson ressaltou, no entanto, que o presidente licenciado do Senado não é obrigado a comparecer, “não é obrigado a falar, e não é obrigado a dizer o que não quiser”. A comissão, observou, “não é uma CPI e Jader ainda tem todas as prerrogativas de senador”.

Hoje pela manhã, Jefferson, Romeu Tuma (PFL-SP) e João Alberto (PMDB-MA) se reúnem com técnicos do BC para continuar a análise dos documentos relacionados ao caso.

Risco do uso de silicone para a saúde em debate na CAS

O cirurgião plástico Ivo Pitanguy e outros especialistas foram convidados para a discussão, que será realizada hoje e amanhã

O uso médico de próteses de silicone é tema de duas audiências públicas, a serem promovidas hoje e amanhã, a partir das 10h, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. Relator de projeto da Câmara que normatiza a utilização da substância na medicina, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) propôs, ao lado dos senadores Nilo Teixeira Campos (PSDB-RJ), Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Marluce Pinto (PMDB-RR), a discussão sobre danos à saúde causados pelo silicone — associado, conforme denúncias citadas pelo relator, ao surgimento de doenças reumáticas, lúpus eritematoso sistêmico e câncer.

Participam da primeira audiência pública o médico Luiz Carlos Celi Garcia, representante da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica; Bárbara Ferreira, membro do



Fontes: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, Associação Brasileira de Cirurgia Plástica. Imagem: Vênus de Milo - Acervo: Museu da Louvre

Comitê das Vítimas do Silicone; o deputado estadual do Rio de Janeiro e médico ortopedista Jamil Haddad, ex-ministro da Saúde; o professor Aymar Sperli, assistente do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo; e os médicos Marcos Ávila, representante do Conselho Brasileiro de Of-

talmologia, José Carlos Daher, presidente do Sindicato dos Hospitais de Brasília, e Loriti Breuel, cirurgiã plástica.

PARTICIPANTE

A audiência pública de amanhã deve contar com a presença do cirurgião plástico Ivo Pitanguy; de Cláudio Pessanha, diretor-adjunto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; dos médicos Dóris Maria Hexsel, representante da Sociedade Brasileira de Dermatologia; Aloísio Faria de Souza, representante da Sociedade Brasileira de Medicina Estética; Carlos Augusto Carpaneda, presidente da Associação Brasileira de Cirurgia Plástica (Seção DF) e Carlos Scherr, diretor do Hospital de Cardiologia de Laranjeiras.

Será debatida, entre outras questões, a aplicação do silicone líquido para preenchimento de rugas, prática empregada por dermatologistas mas condenada por cirurgiões plásticos, e em procedimentos médicos com adolescentes. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária classifica o silicone com uma substância de risco 3, o nível maior da escala.

Iris: migrantes do campo para a cidade são vítimas de discriminação

Ao lembrar ontem, em discurso no Plenário, realização, na África do Sul, de assembléia geral das Nações Unidas para discutir a discriminação racial, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) chamou a atenção também para a discriminação de que são vítimas, no Brasil, os cidadãos oriundos da zona rural. O senador elogiou a decisão do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, de propor a criação de cursos preparatórios para facilitar o ingresso de brasileiros negros nas universidades e defendeu medidas que beneficiem também os jovens pobres que migraram do campo para a cidade.



"Situação tem sido agravada com o sistema financeiro selvagem vigente no país", afirma Iris

que, se há 40 anos 80% da população brasileira vivia no campo, hoje este percentual não passa de 18%. Iris Rezende ressaltou que a situação tem sido agravada pelo "sistema financeiro selvagem vigente no Brasil", acrescentando que milhões de brasileiros perderam suas propriedades rurais quando buscaram financiamento agrícola.

Iris Rezende também chamou a atenção para o fato de que 90% dos cursos das universidades públicas brasileiras funcionam durante o dia, o que impede o estudante pobre de frequentá-las, porque precisa trabalhar para sua subsistência. A esses estudantes, conforme lamentou, resta a universidade particular.

Ele reivindicou do governo medidas que garantam aos estudantes pobres o acesso à universidade e, principalmente, ao ensino médio. E defendeu a união dos governos federal, estaduais e municipais na busca de soluções, e a destinação de mais recursos para a educação.

Sebastião Rocha quer ampliar discussão

De acordo com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), relator do projeto que restringe o uso do silicone nos procedimentos médicos, há controvérsias no meio científico sobre os riscos à saúde decorrentes do uso do silicone em estado líquido. Por isso, sustenta, é necessário ampliar a discussão. As audiências na Comissão de Assuntos Sociais contarão com representantes de correntes de pensamento diametralmente opostas no que diz respeito ao uso medicinal do silicone. "A sociedade deve saber que este assunto ainda não é pacífico entre os cientistas", afirmou o senador, que em seu relatório cita pesquisas internacionais apontando para os riscos do silicone.

O substitutivo do senador e médico Sebastião Rocha proíbe o uso do silicone líquido, à exceção do tratamento do glaucoma, doença oftalmológica que pode levar à cegueira. Representantes de

entidades de dermatologia defendem o emprego dessa substância no tratamento de enfermidades da pele.

— Sou a favor da proibição para evitar que alguns usem sem critério o produto e provoquem deficiências graves pela aplicação inadequada — opinou.

Além disso, o projeto obriga o paciente a assinar um termo de responsabilidade assumindo que está se submetendo àquela prática por seu livre consentimento. "O usuário precisa estar esclarecido", afirmou o senador.

O senador Tião Viana (PT-AC), que também é médico, elogiou os esforços de Sebastião Rocha para ampliar o debate sobre o assunto



Sebastião Rocha apresentou substitutivo ao projeto da Câmara dos Deputados

e sugeriu que sejam trazidos a público detalhes das legislações de países como Estados Unidos, França e Inglaterra sobre o assunto.

SIMPÓSIO

O senador Sebastião Rocha também anunciou a realização, hoje e amanhã, no Auditório Petrólio Portella, de simpósio sobre a regulamentação dos planos e seguros de saúde. O encontro será aberto pelo presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), e pelo ministro da Saúde, José Serra. O objetivo do simpósio, conforme Sebastião Rocha, é apresentar sugestões para aperfeiçoar a legislação do setor de saúde complementar.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Especial — Guerra do Contestado
6h30 — Agenda Econômica — Luís Pinguelli Rosa, professor da UFRJ, fala sobre a crise de energia
7h30 — Entrevista — A senadora Maria do Carmo fala sobre a seca do Nordeste
8h — Ideias — Os senadores: Opinião, discursos e novos projetos
8h30 — Saúde/Unip — Dor no ombro
9h — Entrevista — A coordenadora do Ipea, Anna Maria Peliano, fala sobre a ação social das empresas
9h30 — Comissão de Assuntos Econômicos — Audiência pública com o ministro do Trabalho Francisco Dornelles (gravado)
11h30 — Ideias — Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos
12h — Especial — Guerra do Contestado
12h30 — Entrevista — A senadora Maria do Carmo fala sobre a seca do Nordeste
13h — Fala Cidadão — A conexão do Senado com a sociedade
13h30 — Agenda Econômica — Luís Pinguelli Rosa, professor da UFRJ, fala sobre a crise de energia

14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — Entrevista — A coordenadora do Ipea, Anna Maria Peliano, fala sobre a ação social das empresas
19h — Especial — Guerra do Contestado
19h30 — Agenda Econômica — Luís Pinguelli Rosa, professor da UFRJ, fala sobre a crise de energia
20h30 — Entrevista — A senadora Maria do Carmo fala sobre a seca do Nordeste
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música e informação
14h15 — Senado Notícias
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — A Voz do Brasil
20h — Música e informação
22h — Senado Notícias — Edição da Noite
23h — Vozes do Século XXI

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Alcântara fez palestra em fórum de debates em Fortaleza



Alcântara defende apoio a livrarias independentes

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) cobrou do governo federal e da sociedade medidas de ajuda às livrarias independentes, durante palestra no fórum de debates "O futuro das livrarias (independentes) num mundo globalizado", realizada no dia 17, em Fortaleza (CE). Segundo Alcântara, uma política social de incremento da leitura pode ser patrocinada tanto pelo governo quanto por escolas, faculdades, entidades culturais, livrarias e editores.

Políticas governamentais de fomento ao livro trazem benefícios, mas também podem ser prejudiciais, portanto precisam ser melhor equacionadas. O principal benefício é o de levar gratuitamente o livro para milhões de crianças. Por outro lado, em função de o governo adquirir os livros centralizadamente de editores e grandes distribuidores, a empresa livreira local perde, pois deixa de intermediar essa transação: ou seja, ao não poder comercializar o livro para o maior mercado consumidor, o pequeno negociante é enfraquecido — disse.

Segundo o senador, as políticas governamentais do setor — programas de Leitura, Nacional do Livro Didático e Nacional da Biblioteca Escolar — têm investido na ampliação do número de bibliotecas e no provimento de livros aos leitores, às escolas e bibliotecas, mas desconsiderado comerciantes locais, deixando de beneficiar esse segmento com o investimento público.

Assim, há uma possibilidade de ser aberta, para incluir a intermediação do livreiro na aquisição do livro didático.

Em sua palestra, citada em pronunciamento, Alcântara disse que a concentração de consumo em centros comerciais voltados para a classe média tem levado à implantação de conjuntos de salas de cinemas e também de livrarias nesses estabelecimentos. Pesquisa da Associação Nacional de Livrarias (ANL) informa que os *shopping centers* têm se revelado o melhor lugar para situar livrarias. Já o pequeno comerciante, destacou, com capital de giro reduzido, tem dificuldade para instalar sua loja nesses centros.

Comissão de Educação discute normas de acesso à Internet

Substitutivo de Álvaro Dias obriga provedores a manter cadastro atualizado de seus clientes e registro das conexões realizadas

A regulamentação do acesso a informações via Internet e a classificação de crimes praticados com uso de computadores constam da pauta da reunião da Comissão de Educação (CE) marcada para hoje, às 11h30.

A primeira proposta, de autoria do ex-senador Luiz Estevão, visa obrigar os provedores da Internet a manter registros, pelo período mínimo de um ano, de todas as conexões realizadas por seus usuários. De acordo com o substitutivo oferecido pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) — que foi aprovado na primeira votação e será examinado hoje em turno suplementar —, essas empresas deverão manter cadastro atualizado de seus clientes, reunindo, pelo menos, dados sobre identidade civil, inscrição no CPF ou CNPJ e endereço. Os registros das conexões entre provedores e usuários terão de indicar a data,



Álvaro Dias apresentou substitutivo a projeto sobre acesso à Internet



Fogaça tem parecer favorável à tipificação de delitos informáticos



Renan Calheiros propõe enquadrar sete categorias de delitos

o horário de conexão e desconexão, além do endereço eletrônico atribuído ao cliente.

A proposição que define e tipifica os delitos na área de informática também conta com parecer favorável do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS). Apresentado pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), o projeto enquadra esse tipo de crime em sete categorias: contra a inviolabilidade de dados e sua comunicação, contra a propriedade e o patrimônio, contra a honra e a vida privada, contra a vida e a integridade física das pessoas, contra o patrimônio fiscal, contra a moral pública e a opção sexual e contra a

segurança nacional. As penas previstas incluem multa e detenção de um a dois anos.

A CE também deve se pronunciar sobre outro projeto do ex-senador Luiz Estevão que altera artigos do Código Penal e do Estatuto da Criança e do Adolescente para aumentar a pena de praticantes de crimes marciais envolvidos em crimes de homicídio culposo ou doloso e em rixas que resultem em morte ou lesão corporal grave, façam ameaças e formem bandos ou quadrilhas. A matéria tem parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Dos 25 itens constantes da pauta da reunião da CE, 21 referem-se a projetos de decreto legislativo que aprovam atos autorizando a exploração de radiodifusão sonora em vários municípios.

Página da Agência Senado na rede recebe 50 mil visitas por mês

O site da Agência Senado na Internet vem se transformando em referência obrigatória para os que se interessam em acompanhar de perto as atividades do Legislativo. A página da agência tem sido visitada por aproximadamente 50 mil pessoas a cada mês. Os leitores obtêm pela rede informações sobre tudo que se passa nas comissões e no Plenário, além de notícias das atividades da Presidência da Casa.

Acompanhando o ritmo crescente de atividades do Senado, a agência tem registrado produção cada vez maior e aprofundado sua cobertura, de modo a qualificar ainda mais a informação oferecida à sociedade. Nas três primeiras semanas de agosto, foram divulgadas pela Internet 722 notas de tempo real — garantindo aos leitores acompanhamento direto do que se passa na Casa — e 629 matérias dedicadas principalmente a pronunciamentos dos senadores e votações nas comissões e



no Plenário. A página da Agência Senado pode ser acessada pelo endereço www.senado.gov.br.

Além de disponíveis pela rede mundial de computadores, as matérias elaboradas pela Agência Senado são encaminhadas para publicação no *Jornal do Senado* e também distribuídas por fax a jornais do interior que ainda não possuem acesso à Internet.

A agência tem procurado cobrir as atividades parlamentares mesmo fora de Brasília. Seus repórteres e fotógrafos acompanharam recentemente reuniões realizadas em vários estados

pela comissão parlamentar de inquérito que investiga o roubo de cargas. Cobriram também o seminário regional promovido em Belém pelo Interlegis, programa criado pelo Senado para estimular a comunicação entre parlamentares de todo o país.

Dentro do Senado, a agência tem buscado permanente aperfeiçoamento tecnológico. Até o final do ano, os jornalistas do Senado contarão com pontos de rede em cada comissão, o que facilitará a cobertura em tempo real das reuniões.

Está em fase final a elaboração do Manual de Redação que será utilizado pela Agência Senado e pelo *Jornal do Senado*. O manual estabelecerá normas para a elaboração de matérias, na busca da qualidade, correção, objetividade, clareza e isenção.



João Alberto: falta modelo pedagógico para os cursos

João Alberto critica excesso de cursos seqüenciais e on line

Ao criticar a proliferação de cursos seqüenciais e *on line*, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) disse que muitas instituições, para conquistar novos alunos a custo bem menor do que o da graduação normal, abrem cursos sem obedecer à orientação do Ministério da Educação. Ele citou dados do Censo segundo os quais em 1999 havia cerca de 10 mil vagas em cursos de curta duração, e em 2001 o número subiu para 200 mil vagas. Para 2002, afirmou, mais de um milhão de vagas deverão ser criadas. Os cursos seqüenciais têm duração de dois anos e dão direito a diploma de ensino superior.

Na área da saúde, informou João Alberto Souza, na qual têm ocorrido os maiores problemas, a maioria dos conselhos de medicina já emitiu normas que proíbem o registro de diplomas de cursos seqüenciais. De acordo com o parlamentar, há cursos de curta duração de Jornalismo e Psicologia com alunos formados, mas sem diploma. "O Ministério da Educação pouco pode fazer, pois as universidades têm autonomia para abri-los, e a análise do ministério só é feita após um ano de funcionamento", afirmou.

Pesquisas feitas nos Estados Unidos demonstram, observou o senador, que o percentual de evasão dos alunos na Internet é muito alto (mais de 70%) e a quantidade de pessoas que conseguem emprego com esses cursos, pequena. Segundo ele, estima-se que no Brasil existam mais de 30 mil cursos pela Internet.

— Existe um avanço tecnológico, mas quase nada em matéria de modelo pedagógico. A arrancada do ensino *on line* foi impulsionada por engenheiros que criaram atraentes *softwares*, mas é quase nula a presença de pedagogos no processo e escassas as pesquisas sobre os métodos de ensino — disse.

O senador lembrou que muitas pessoas descobriram nos cursos supletivos solução "razoavelmente veloz" para os que não possuíam formação fundamental ou média. Resaltou que o país já possui boas experiências de ensino a distância, como o Instituto Universal Brasileiro, os projetos Minerva e o Mobral.

CPI das ONGs ouve delegado sobre apreensão de minério

Tantalita, minério apreendido em área indígena no Alto do Rio Negro, é considerado estratégico pelo uso na eletrônica e nas naves espaciais

O delegado Nivaldo Farias de Almeida, chefe da Superintendência Regional da Polícia Federal do Amazonas, comparecerá hoje, a partir das 18h30, à comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) para prestar esclarecimentos sobre a apreensão de cerca de sete toneladas de tantalita na Área Indígena de Parí-Cachoeira, no Alto do Rio Negro. Esse minério é considerado estratégico, sendo utilizado na área ele-



A comissão que investiga organizações não-governamentais é presidida por Mozarildo Cavalcanti e relatada por Marluce Pinto

trônica e em naves espaciais. A Polícia Federal está apurando a participação da Cooperativa de Produção dos Índios do Alto do Rio Negro (Cooperíndio) no transporte e comercialização ilegais de tantalita. O delegado

Santos. A cooperativa é uma organização não-governamental.

A CPI das ONGs é presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e tem como relatora a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

Nivaldo Farias de Almeida chegou, inclusive, a abrir inquérito policial para apurar o fato.

Na reunião de hoje, a CPI vai tomar também o depoimento do presidente da Cooperíndio, Jorge Pereira dos Santos. A cooperativa é uma organização não-governamental.

A CPI das ONGs é presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e tem como relatora a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

Pedro Ubirajara quer ampliar investigações

Ao analisar a questão dos conflitos agrários provocados pela disputa de terras envolvendo índios e produtores rurais, o senador Pedro Ubirajara (PMDB-MS) propôs que seja ampliada a atuação da CPI que está apurando denúncias de irregularidades em organizações não-governamentais (ONGs) na Amazônia. Ele pretende que as investigações atinjam também as ONGs que tratam da questão indígena em todo o país.

Pedro Ubirajara justificou que os produtores rurais estão preocupados com a articulação que está sendo feita pelas ONGs para



Ubirajara manifestou preocupação com conflitos entre índios e proprietários

influenciar na alteração da legislação indigenista. Ele também afirmou que exageros estão sendo cometidos na interpretação do artigo 231 da Constituição, que trata dos direitos indígenas, como a reivindicação, pelos índios terena, da quase totalidade dos municípios de Aquidauana e Miranda, ambos no Mato Grosso do Sul.

— Os produtores rurais denunciavam que, se algum técnico de uma ONG encontra em uma propriedade osso supostamente de índio, arvora-se no direito de expulsar o proprietário, reivindicando

do aquela propriedade como sendo terra indígena — afirmou Pedro Ubirajara.

O senador também manifestou preocupação com a crescente violência decorrente da disputa por terras. Ele registrou que recentemente o prefeito do município de Antônio João, Dácio Queiroz, ficou refém de índios guarani-kaiowás por mais de 40 horas, enquanto o fotógrafo que o acompanhava era espancado. Os índios, segundo o parlamentar, reivindicam parte da fazenda Froteira, de propriedade do prefeito.

— Depois de convivemos com a ameaça do apagão pela falta de energia elétrica, caso não seja encontrada solução para os conflitos agrários, poderemos testemunhar um novo tipo de apagão no país.

Ação contra incêndios foi positiva, diz Patrocínio

Os resultados da operação Prontidão de Incêndios, programa desenvolvido pelo estado do Tocantins, foram elogiados pelo senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO). Conforme disse, a operação combateu 6.400 focos de potenciais incêndios no ano passado, tendo sido vencida pelo fogo somente em seis casos. A destruição causada pelos seis incêndios, que se alastraram por 3 mil

hectares de mata e lavoura, dá a medida da importância da operação, que evitou o alastramento de outros milhares de focos, afirmou.

Patrocínio informou também que, neste ano, a campanha teve o início antecipado para maio, ao invés de julho, por conta do baixo índice de chuvas, que trouxe mais cedo a estiagem e, em consequência, pastos secos e mais passíveis de sofrerem incêndios.

A operação, segundo informou o senador, é resultado de associação entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), Corpo de Bombeiros Militar e Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental.

O senador espera que “uma educação geral e ambiental leve os agricultores” a abandonar o costume de fazer queimadas para limpar a terra antes de plantar.

Marina protesta contra assassinato de sindicalista

A senadora Marina Silva (PT-AC) registrou ontem protesto contra o assassinato do sindicalista Ademir Alfeu Fredericic. Ex-vereador do PT e coordenador do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu e da Fundação Viver, Produzir e Preservar, Ade-



Marina também denunciou assassinato de índio xukuru em PE

mir Alfeu era conhecido como Dema. O crime, ocorrido no dia 25, em Altamira (PA), “foi político e premeditado”, afirmou a senadora. Além de vir denunciando desvios de recursos públicos em pelos menos cinco projetos da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) na região, Dema “defendia o bom senso” na construção de hidrelétricas na Amazônia, disse.

Marina contestou versão da polícia de que o sindicalista, de 36 anos, teria sido vítima de latrocínio — roubo seguido de morte — ao tentar reagir a um assalto. Ela exigiu providências para apuração do assassinato e detenção dos culpados.

— Não tenho dúvidas de que tenha sido um crime político, em

que pessoas planejavam, pagaram jagunços e executaram mais um inocente em nosso país, que tem seu sangue derramado em nome de uma causa, de uma luta, que não pode ter outro nome a não ser justiça.

A senadora registrou também protesto contra o assassinato do índio xukuru Francisco de Assis Santana, de 53 anos. Segundo Marina, o índio foi vítima de emboscada quando se dirigia a uma reunião da Fundação Nacional do Índio (Funai) para discutir o processo de retomada das terras indígenas em Pesqueira (PE).

— Com tristeza e indignação, quero registrar os covardes assassinatos tanto do companheiro Dema, quanto do índio Francisco. Lamentavelmente, muitas lideranças perderam a vida numa luta por uma causa justa. Mas os que praticam essas atrocidades continuam impunes, com a conivência da polícia, que não investiga, da Justiça, que é lenta, e das autoridades, que não buscam dar resposta a esse tipo de abuso — lamentou a senadora.

Moreira Mendes anuncia fim da interdição de área em Rondônia

Após três anos de “trabalho incessante” junto aos ministérios da Justiça e do Desenvolvimento Agrário, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) foi à tribuna ontem para anunciar o fim da “situação aflitiva” em que se encontravam cerca de 700 famílias de produtores agrícolas que ocupam a reserva Martim Pescador, localizada entre os municípios de Urupá e Alvorada do Oeste, em Rondônia. Segundo Moreira, a região havia sido interditada

agrícolas. Há poucos dias, Moreira recebeu a notícia de que a Funai já havia pedido a desinterdição da área.

— Colonos que vivem na região há dez anos nunca encontraram um índio por lá. A área está completamente ocupada por produtores e não há mais mata fechada que permita a existência de índios — acrescentou.

Segundo Moreira, os produtores que estão no estado não sabem do trabalho desenvolvido por



Moreira: medida permitirá que produtor tenha acesso ao crédito

seus representantes no Congresso Nacional para resolver problemas. Agora, concluiu, o trabalho volta-se para dar maior agilidade à emissão dos títulos de propriedade das 700 famílias, para que tenham acesso ao financiamento agrícola.

Com a interdição, explicou o senador, os produtores não tinham acesso aos títulos de propriedade e aos financiamentos